

27 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Judiciário na berlinda. Os magistrados Moacir Ramos e Solange de Vasconcelos colocaram à venda por R\$ 115 mil, sem autorização, sala comercial da Associação de Juízes Federais em Brasília para pagar empréstimos deles próprios; procurador pede perda de cargo como punição

MP denuncia juízes que venderam sala de associação para pagar suas dívidas

MP denuncia juízes por venda ilegal de imóvel

O Ministério Público Federal (MPF) denunciou criminalmente os juízes federais Moacir Ferreira Ramos e Solange Salgado da Silva Ramos de Vasconcelos, acusados de apropriação indébita, informa o repórter **Fausto Macedo**. Ex-presidentes da Associação dos Juízes Federais da 1.ª Região, eles foram denunciados por terem vendido, sem autorização, a única sala comercial da entidade em Brasília. O dinheiro da venda - R\$ 115 mil, segundo o MPF - foi usado para abater dívidas de empréstimos pessoais dos dois magistrados.

Fausto Macedo

O Ministério Público Federal (MPF) em Brasília denunciou criminalmente, por apropriação indébita, os juízes federais Moacir Ferreira Ramos e Solange Salgado da Silva Ramos de Vasconcelos - ex-presidentes da Associação dos Juízes Federais da 1.ª Região (Ajufer), entidade que reúne magistrados do Distrito Federal e de 13 Estados.

Ramos (presidente da associação entre 2008-2010) e Solange (presidente por dois mandatos, de 2002 a 2006) são acusados de terem vendido, em fevereiro de 2010, sem autorização de assembleia da Ajufer, a única sala comercial da entidade, no edifício Business Point, Setor de Autarquias Sul, em Brasília. O dinheiro da venda, R\$ 115 mil, segundo o MPF, foi usado para abater dívidas de empréstimos que os dois magistrados tinham com a Fundação Habitacional do Exército (FHE/Poupex).

Ramos é autor de representação criminal no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a ministra Ellana Calmon, corregedora nacional da Justiça, que o afastou liminarmente da função em novembro de 2010.

O ministro Marco Aurélio Melo, do STF, cassou a decisão de Calmon, mas, por maioria de votos, os desembargadores do TRF-1 restabeleceram a ordem de afastamento do juiz Moacir Ramos. A juíza Solange continua exercendo suas funções.

Em outra acusação, o Ministério Público Federal atribui crime de receptação a um terceiro juiz federal, Charles Renaud Frazão de Moraes, que também presidiu a Ajufer.

Perda do cargo. A denúncia criminal, protocolada em dezembro, é subscrita pelo chefe da Procuradoria Regional da República-1, Juliano Villa-Verde de Carvalho. Em dez páginas, ele descreve a ação dos juízes Moacir Ramos e Solange e requer a condenação de ambos inclusive à perda do cargo de juiz federal.

O procurador pediu, preliminarmente, o deslocamento do processo ao STF, alegando impedimento da maioria dos desembargadores do TRF-1, já que 17 deles são associados à Ajufer "e, portanto, direta ou indiretamente interessados na causa". O TRF-1 deve decidir no início de fevereiro se recebe a denúncia ou se remete os autos ao Supremo.

"Da documentação trazida percebe-se que foram os próprios denunciados, à revelia da assembleia geral de associados e sem mesmo sequer obter autorização expressa da diretoria executiva, que deliberaram pela venda do único imóvel de propriedade da Ajufer", assinala o procurador Juliano Villa-Verde.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 27 JAN 2012

Segundo a denúncia, os magistrados "infringiram normas estatutárias da entidade, o que revela a intensidade do dolo com que se houveram, premeditadamente, criando a disponibilidade financeira à custa do patrimônio da entidade, na intenção de se apropriar de recursos que passariam a deter em nome do ente jurídico".

O procurador destaca que o imóvel foi negociado a um valor muito reduzido. Avalia que o venda poderia chegar a R\$ 350 mil. "O que se verifica é que a pressa em alienar o bem, para dar destino ilícito no produto do negócio, foi o que justificou sua venda por preço inferior ao de mercado."

Fraude em empréstimos. Relatório do corregedor do TRF-1, desembargador Cândido Ribeiro, aponta contratos de empréstimos supostamente fraudulentos, entre 2000 a 2009, contra 132 juízes federais. Ele propôs abertura de Processo Administrativo Disciplinar contra eles.

Solange afirmou nos autos que as despesas cotidianas da Ajufer eram reunidas para o pagamento semanal e/ou mensal e, quitadas diretamente na agência da Caixa Econômica Federal, mediante a emissão de um único cheque com o valor total, e que tal procedimento tinha por objetivo dar maior praticidade.

Mas o desembargador Cândido Ribeiro anotou em seu voto: "A relação dos 21 cheques assinados pela referida magistrada (Solange) para o seu sobrinho, totalizando R\$ 491.673,89, não aponta para pagamento de despesas cotidianas da Ajufer".

A Ajufer é alvo de ação de cobrança da Fundação Habitacional do Exército, que alega ser credora de R\$ 21 milhões. "Conseguimos suspender a ação de cobrança e identificar todos os que retiraram os empréstimos, por volta de 40 juízes, e também identificar cerca de 180 em cujos nomes foram feitos contratos fraudulentos", declarou o atual presidente da associação, Roberto Carvalho Veloso. "A própria fundação não sabia que estava sendo fraudada."

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 27 JAN 2012

Juiz acusa colega de pagar empréstimo sem sua autorização

● "A denúncia é inepta porque trata de um fato completamente atípico", reagiu o juiz Charles Renaud. "Não houve ilícito. Eu havia tomado, dentro dos parâmetros legais, empréstimo autorizado pela instituição mutuante (FHE/Poupex) e pago esse empréstimo

com desconto em folha. Tudo da minha margem consignável, como qualquer servidor. À minha revella, meu sucessor na Ajufer (Moacir Ramos) destinou parte do dinheiro da venda da sala comercial para abater a dívida do meu empréstimo."

Renaud, que exerce a função em Sinop (MT), disse que Moacir é seu inimigo. "Ele resolveu destinar parcela de R\$ 40 mil para abater minha prestação, sem que eu tivesse autorizado. O MI-

nistério Público entendeu isso como receptação. Mas como posso receber bem material se isso foi transação contábil, de dinheiro que saiu da Ajufer para uma entidade mutuante?", questiona.

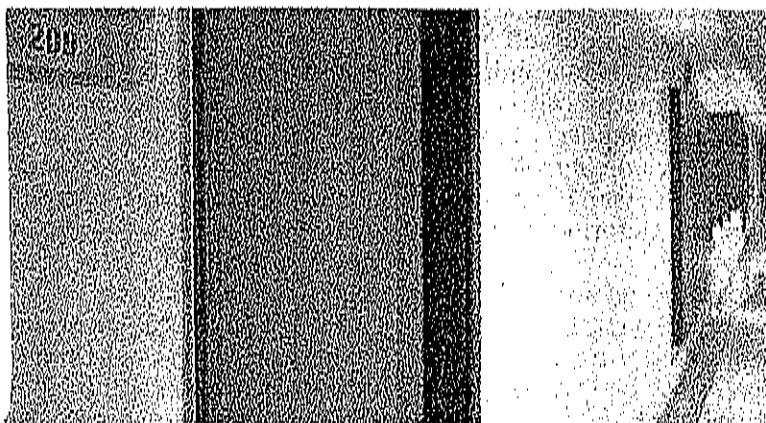
Nos autos de procedimento, Solange apresentou sua defesa prévia e requereu o arquivamento do feito alegando ausência de conduta dolosa e inexistência de provelto ou participação voluntária nos contratos fraudulentos. Ramos não foi localizado.



● **Juíza**
Solange de Vasconcelos, uma das vendedoras do imóvel, foi presidente da Ajufer por dois mandatos, de 2002 a 2006



● **Comprador**
O procurador Rogério Chaves comprou o imóvel em março de 2010, mas diz que ainda não tem escritura



Apropriação indébita. A sala 209, imóvel da Ajufer que foi vendido pelos magistrados sem autorização, está vazia

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 27 JAN 2012

'Ninguém desconfiaria de negócio com um magistrado'

O procurador-geral do Distrito Federal, Rogério Leite Chaves, comprador da sala da Associação dos Juízes Federais em Brasília, disse ontem que vai entrar com ação judicial pleiteando adjudicação compulsória para passar ao seu nome o imóvel que comprou em março de 2010.

"Estou na posse, mas até hoje não tenho a escritura, apenas compromisso de compra e venda. Sou terceiro de boa fé, eu sou o prejudicado nessa história", declarou Chaves.

Na ocasião em que adquiriu a sala de 24 metros quadrados da Associação de Juízes Federais, Chaves, que é procurador de carreira do DF, tinha um escritório de advocacia no mesmo prédio. Ele foi nomeado procurador-geral em janeiro de 2011.

"Vi o anúncio no jornal e me interessei pelo imóvel", relata o procurador. "Achava que era o melhor negócio do mundo, o mais seguro. Imagina só. Quem é que vai suspeitar de algum problema em negócio com juízes federais?"

Chaves confirma que pagou R\$ 115 mil pela sala, com um cheque nominal cruzado à Ajufer.

"Ficaram de passar a escritura em três meses após a compra, mas o documento acabou não saindo. Estou preparando a ação de adjudicação para escriturar (o imóvel) em meu nome. Ninguém jamais desconfiaria de um negócio com magistrado federais. Eu jamais, em tempo algum na minha vida, iria imaginar que

teria um problema dessa natureza. Não comprei como procurador-geral, cargo que nem ocupava na ocasião. Comprei como cidadão, sobra um dinheirinho você vai lá e investe. É como você ir nas Casas Bahia para comprar uma geladeira."

O procurador-geral anota que "não tem nada" com o desvio que envolve três juízes federais. "O que eles (juízes) fizeram com o dinheiro eu não sei. O maior prejudicado sou eu. Fui lesado."

• Insuspeito

ROGÉRIO CHAVES

PROCURADOR-GERAL DO DF

"Vi o anúncio no jornal e me interessei pelo imóvel. Achava o melhor negócio do mundo. Quem vai suspeitar de problema em negócio com juízes federais?"

27 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Catadores garimpam restos do Pinheirinho

A área de 1,3 milhão de metros quadrados do Pinheirinho, em São José dos Campos, no interior paulista, virou garimpo após a demolição dos imóveis. Moradores e curiosos têm ido ao local para recolher bens. Bichos de estimação deixados para trás após a reintegração no domingo passado também são resgatados. O terreno agora voltou à massa falida da Seleta S.A., de Naji Nahas.

“Não tenho como trabalhar, minhas ferramentas estão no entulho. Vim procurar minha gata”, disse o pedreiro Aginaldo de Andrade. Enquanto conversava com a reportagem, ele reencontrou seu bicho. Agora, Andrade vai para casa de parentes.

A aposentada Cecília Moreira, moradora do bairro em frente ao terreno, disse que aproveitou para “recolher as plantinhas que os moradores deixaram”. Catadores questionados pela reportagem disseram que recolhem bens para parentes e amigos.

Para evitar saques, há quem tenha preferido destruir a casa. Joana Martins, de 22 anos, incendiou o barraco onde morava com a irmã e a filha. “Vou pegar fio de cobre e fazer dinheiro.”

A Polícia Militar afirmou ontem em nota que a operação ocorreu “dentro da legalidade e com o respeito incondicional aos direitos humanos”. O governo do Estado e a prefeitura firmaram convênio para dar auxílio-moradia às famílias. O Estado anunciou 5 mil moradias na cidade.

O ESTADO DE S. PAULO

NELSON MOTTA 27 JAN 2012

Darth Vaders de toga

Formar-se em Direito, passar nos exames da OAB em que menos de 10% são aprovados, disputar os concursos para a magistratura em que apenas 1% passa, é duríssima a carreira de um juiz, pelas responsabilidades da função pública que exerce. Mas, nada justifica que tantos juízes do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ganhem mais de R\$ 50 mil por mês, o dobro do salário da presidente da República e do teto legal, e alguns recebam até quatro vezes mais.

Sim, os benefícios não são ilegais - ninguém conhece as leis melhor do que os juízes - e vigoram por decisões judiciais e administrativas dos próprios beneficiários.

Todos os juízes sabem que nem tudo que não é proibido pela lei é permitido pela ética, e a grande maioria, principalmente das novas gerações, não aceita mais a cultura de privilégios das velhas elites judiciárias encasteladas no poder.

Sim, a carreira é muito difícil para todos, e alguns, às vezes entre os mais brilhantes, acabam se desviando pelo caminho, corrompidos pela vaidade, a ambição e a onipotência, como Darth Vaders de toga que passam para o lado escuro da Força.

Raros são denunciados ou punidos e continuam reagindo indignados contra qualquer investigação, denunciando as críticas na imprensa como conspiração para desmoralizar toda a corporação, quando querem apenas impedir que se faça ... justiça.

É verdade que não há justiça na natureza, muito pelo contrário, nem no cosmos, nem nas religiões (pelo menos na vida terrena), nem nos deuses que permitem injustos e cruéis sofrimentos, a morte de inocentes e a salvação de assassinos.

A ideia de justiça é uma invenção humana, baseada na ética e na moral, como parte fundamental do processo civilizatório, mas existe apenas como tentativa de fazer justiça, nem sempre realizada, pelas precariedades da condição humana.

O que não é justo é a imensa maioria de juízes honestos, que cumprem todos os deveres que sua nobre função exige, ser usada como escudo por elites corporativas que não querem justiça, mas privilégios abusivos pagos pelo trabalho e os impostos de todos nós, inclusive os juízes honestos.

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY 27 JAN 2012

Primeira fila

Ivan Sartori, do TJ-SP, bateu o pé, anteontem. Quis ocupar uma das sete cadeiras reservadas a autoridades para assistir, na sede da Prefeitura, à entrega da Medalha 25 de Janeiro. **Guilherme Afif** quase ficou sem lugar.

A situação se agravou com **Dilma** convocando **Gilberto Carvalho** para a dança das cadeiras. Foi **Kassab** quem resolveu o imbróglio, colocando duas cadeiras extras.

27 JAN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Estado do Paraná é condenado a indenizar servidora que sofreu assédio moral

O Estado do Paraná foi condenado a pagar uma indenização, no valor de R\$ 5.000,00, a uma funcionária (M.A.B.) que sofreu assédio moral praticado por seu chefe imediato (R.S.M.).

Conforme o depoimento de uma testemunha, a autora (servidora pública que sofreu o assédio) teve que se afastar do trabalho para tratamento médico por causa dos problemas havidos com o seu chefe.

Essa decisão da 2.^a Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná manteve, por unanimidade de votos, a sentença do Juízo da 4.^a Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba que julgou procedente a ação de indenização por assédio moral ajuizada pela servidora pública estadual M.A.B. contra o Estado do Paraná.

No recurso de apelação, o Estado do Paraná alegou que o foco do conflito entre a autora (funcionária pública) e o corréu (chefe imediato da funcionária) era o fato de haver uma liminar que permitia aos servidores estaduais cumprir jornada reduzida (6 horas diárias), e este exigir dela a jornada de 8 horas, já que a referida liminar não se estendia a ela por ser servidora federal.

Disse também que, quando a referida servidora se viu obrigada a cumprir a jornada de trabalho estipulada na lei dos funcionários federais (8 horas), ela teria agido de maneira imprópria, praticando atos de insubordinação, razão pela qual não estaria configurado o alegado assédio moral.

Todavia, rechaçando a tese do apelante, consignou em seu voto o relator do recurso, desembargador Sílvio Vericundo Fernandes Dias: "Ora, eventual insubordinação da autora daria azo, como aliás se noticia que deu, a instauração de processo administrativo. Jamais, porém, autorizaria seu chefe a tratá-la de forma rude, atitude no mínimo desleal e podendo até ser considerada ilícita".

"No caso presente está comprovada a ocorrência dos fatos sofridos pela apelada como se vê das provas documentais colacionadas na inicial, do depoimento da testemunha [...] e dos depoimentos dos dois informantes, razão pela qual não há que se falar em afastamento dos danos por ela alegados", completou.

27 JAN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Curso de Direito Eleitoral é oferecido a Magistrados

A Escola Nacional de Magistrados (ENM) está promovendo, juntamente com a AMB e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), o curso de aperfeiçoamento para Magistrados em Direito Eleitoral, entre 25 e 27 de abril, no auditório da Enfam, em Brasília. As inscrições estão abertas e podem ser feitas até o dia 30 de março, no próprio site da ENM.

O objetivo é proporcionar aos Magistrados atualização de seus conhecimentos em Direito

Eleitoral para as Eleições 2012, considerando as últimas alterações legislativas com implicações diretas no processo eleitoral que se avizinha. Além disso, o curso abordará apresentações de situações práticas, diferenciadas daquelas frequentemente encontradas na Justiça comum, além de estimular o pensamento crítico acerca do sistema político-eleitoral brasileiro em diversos matizes.

O curso tem 80 vagas disponíveis e contará com carga horária de 20 horas/aula.

27 JAN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Morre ministro aposentado do STF

O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Djaci Alves Falcão morreu, nesta quinta-feira (26 de janeiro), em Recife. Aos 92 anos e natural de Monteiro (PB), Falcão foi nomeado ministro do STF pelo presidente Castello Branco, em decreto datado de 1º de fevereiro de 1967, e assumiu a vaga decorrente da aposentadoria do ministro Antônio Martins Vilas Boas.

Em 14 de fevereiro de 1975,

Djaci Falcão assumiu a Presidência do Supremo. Depois dos dois anos de mandato, passou a presidir a 2ª Turma até sua aposentadoria, ocorrida em 30 de janeiro de 1989.

O presidente do STF, ministro Cezar Peluso, lamentou, em nome de todos os integrantes da corte, o falecimento de Falcão e enviou condolências à família. Com informações da Assessoria de Imprensa do STF.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNJ

27 JAN 2012

Conselheiro aponta vícios insanáveis em licitação

Foram identificados problemas na compra de um banco de dados de R\$ 86 mi

A licitação para a compra de um banco de dados que custou R\$ 86 milhões ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) padece de "vícios insanáveis" e precisa ser anulada. A conclusão é do conselheiro Gilberto Valente, que fez um pente fino nos documentos relativos à compra de um software da empresa Oracle, ocorrida em dezembro. O conselheiro começou a apurar melhor o caso depois que a IBM, que também participava da licitação, apontou direcionamento para vitória da concorrente.

Entre os problemas encontrados por Valente, que integra o CNJ na vaga destinada ao Ministério Público, está a inconsistência de datas relativas ao processo. De acordo com o conselheiro, a homologação do procedimento licitatório — do dia 22 de dezembro — baseia-se no relatório do pregão emitido no dia 23 de dezembro. Ou seja, um documento faz referência a outro "anterior" que só foi emitido no dia seguinte.

Também chamou a atenção do conselheiro a inconsistência relativa aos nomes dos responsáveis pela licitação. Segundo Valente, a ata de registro de preços e o contrato foram "estranhamente firmados" por Helena Azuma, diretora-geral do CNJ, que não

estava no exercício da função nas respectivas datas. Quem respondia pelo cargo na época era seu substituto, Kléber de Oliveira Vieira. Helena Azuma deixou a diretoria-geral do CNJ na semana entre o Natal e o Ano Novo para assumir um cargo no Tribunal de Justiça de São Paulo.

Valente prossegue relatando outro fato que provoca "grande perplexidade": a emissão do empenho para a empresa vencedora,

ou seja, a liberação do pagamento, no dia 20 de dezembro, ocorreu antes de o contrato do objeto licitado ser firmado, no dia 21 de dezembro. "Pergunta-se se seria possível solicitar a emissão do empenho antes de encerrada a licitação", indaga o conselheiro.

A conclusão aponta que o processo licitatório apresenta vícios insanáveis, sugerindo a nulidade da licitação e a suspensão de todos os seus efeitos, inclusive a ata de preços.



Entre os problemas encontrados por Valente, está a inconsistência de datas relativas ao processo

27 JAN 2012

GAZETA DO POVO

ADVOGADO

Punido por pressionar a cliente

A 2.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná manteve, por unanimidade de votos, a sentença do Juízo da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Paranavaí que, acolhendo a denúncia oferecida pelo Ministério Público, condenou um advogado nas sanções do artigo 305 do Código Penal, por ter retido indevidamente documentos de sua cliente para forçá-la a pagar os honorários, aplicando-lhe a pena de 2 anos de reclusão e 10 dias-multa no valor de um décimo do salário-mínimo vigente ao tempo do fato. Entretanto, a pena de reclusão foi substituída por duas restritivas de direitos: a prestação de serviços à comunidade pelo período da pena privativa de liberdade e uma prestação pecuniária no valor de um salário-mínimo, que será destinada à Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apeae) de Paranavaí.

ESTACIONAMENTO

Hospital tem de indenizar por furto

A Fundação de Saúde Itaipuapy (Hospital Ministro Costa Cavalcanti) foi condenada a indenizar o proprietário de um automóvel que foi furtado enquanto estava estacionado nas dependências do hospital, em Foz do Iguaçu. Essa decisão da 9.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná reformou, em parte — apenas para estabelecer o valor da indenização conforme a tabela Fipe —, a sentença do Juízo da 4.ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu que julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ação de indenização por furto de veículo. "Resulta incontroverso nos autos que o veículo do apelado [autor da demanda] foi furtado enquanto estava em estacionamento utilizado durante o período em que acompanhava sua esposa no hospital", consignou, em seu voto, o relator do recurso de apelação, desembargador D'Artagnan Serpa Sá.

SERVIÇO PÚBLICO

Estado é condenado por assédio

O Estado do Paraná foi condenado a pagar indenização de R\$ 5 mil a uma funcionária que sofreu assédio moral praticado por seu chefe imediato. Conforme o depoimento de uma testemunha, a servidora pública teve de se afastar do trabalho para tratamento médico por causa dos problemas havidos com o seu chefe. A decisão da 2.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná manteve, por unanimidade de votos, a sentença do Juízo da 4.ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba que julgou procedente a ação ajuizada contra o Estado do Paraná. O relator do recurso, desembargador Sílvio Vericundo Fernandes Dias, observou que "cabe ao Estado responder objetivamente pelos danos causados por agentes públicos no exercício da função".

BESSA

Instituto de Direito Romulo Felipe Bacellar nesta cominscrição abertas para os cursos de pós-graduação de Especialização em Direito Administrativo e Direito Processual Civil. Com duração de um ano as turmas comecam em março.

GAZETA DO POVO

Nova lei amplia

direitos de adolescentes "presos"

27 JAN 2012

Jovens com privação de liberdade terão visitas íntimas, regras de convivência e revisão de sentença a cada 6 meses

Paola Carriel

O governo federal sancionou semana passada a lei que cria o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), com regras para aplicação de medidas socioeducativas a adolescentes. A legislação é equivalente à Lei de Execução Penal, destinada a maiores de 18 anos. Entre as novidades estão a regulamentação de visitas íntimas para os garotos e garotas e a necessidade de o juiz avaliar a privação de liberdade a cada seis meses.

Em 2006, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança (Conanda) já havia aprovado resolução criando o Sinase. Como não havia a força de uma lei, as exigências não eram cumpridas por boa parte dos governantes. O Sinase entra em vigor em 90 dias e as regras deverão ser aplicadas integralmente em, no máximo, um ano.

Sem uma regulamentação geral, cada estado executava a medida socioeducativa a seu modo. Algumas unidades são um anexo ao lado de presídios, outras chegaram a abrigar 2,8 mil adolescentes ou não tinham regras de convivência.

A nova lei estipula a divisão de responsabilidades entre União, estados e municípios, veda a construção de unidades de socioeducação próximas a presídios, prevê atendimento individualizado com poucos jovens no mesmo local e estipula a criação de regras de convivência. A "solitária", para o isolamento de garotos e garotas, está proibida.

Avanços e críticas

A secretária nacional de promoção dos direitos da criança e do adolescente, Carmem de Oliveira, afirma que o Brasil é o primeiro país do Mercosul — e um dos poucos no mundo — a ter esse tipo de legislação. Além de criar um sistema com informações sobre as unidades e os jovens, o Sinase prevê um sistema de avaliação e monitoramento, semelhante ao usado pelos conselhos tutelares. "Haverá avaliação de indicadores, gestão do orçamento e resultados alcançados, como a reinserção social e reincidência."

O promotor de Justiça Wilson Tafner, responsável por pressionar o governo de São Paulo a fechar as antigas unidades da Fundação para o Bem-Estar do Menor (Febem), acredita que a lei cria uma possibilidade maior de cobrança. "Há critérios objetivos de financiamento e avaliação. Outro avanço é que os gestores das unidades deverão ter formação superior e a equipe de avaliação deve passar por formação."

Apesar das conquistas, especialistas argumentam que a lei poderia ter avançado. Vice-presidente da Comissão Nacional da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ariel de Castro Alves diz que a resolução do Conanda trazia um número mínimo de adolescentes por unidade (40) e características arquitetônicas, especificações não incluídas na nova lei. Outra crítica trata da falta de uma corregedoria externa para investigar irregularidades

CONTINUA

CONTINUAÇÃO 27 JAN 2012

Veja o que muda com as novas regras trazidas pelo Sinase:

- ▶ Os adolescentes cumprindo medida socioeducativa que são casados ou vivem em união estável têm direito à visita íntima. Visitas de familiares também estão garantidas;
- ▶ Se não houver vaga em meio fechado para o cumprimento da medida, o adolescente poderá cumpri-la em meio aberto, caso não tenha cometido um crime com grave ameaça;
- ▶ As medidas socioeducativas de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação deverão ser reavaliadas no máximo a cada seis meses;
- ▶ Deverá ser elaborado um Plano Individual de Atendimento (PIA), com a participação do adolescente, familiares e equipe técnica. O PIA tem de ser elaborado em até 15 dias após a entrada dos meninos e meninas no sistema e deve ter os objetivos declarados pelo jovem, a previsão de suas atividades de integração social e capacitação profissional, atividades de integração e apoio à família etc;
- ▶ Em até um ano, todos os garotos e garotas que cumprem medidas socioeducativas deverão estar estudando;
- ▶ Os adolescentes não poderão mais ser penalizados com o isolamento caso cometam alguma infração. A antiga "solitária" só pode ser aplicada em caso de proteção ao jovem ou aos colegas e deve ser comunicada ao Ministério Público e ao juiz em até 24 horas;
- ▶ As entidades que trabalham na execução de medidas socioeducativas têm até seis meses para se adequar à nova lei, caso contrário poderão ser interditadas.

Fonte: Ariel de Castro Alves, vice-presidente da Comissão Nacional da Criança e do Adolescente da OAB.

INDIVIDUALIDADE

O Sinase assegura direitos individuais aos adolescentes que estejam cumprindo medida socioeducativa. Veja quais são:

- ▶ Ser acompanhado por seus pais ou responsável e por seu defensor, em qualquer fase do procedimento administrativo ou judicial;
- ▶ Ser incluído em programa de meio aberto quando inexistir vaga para o cumprimento de medida de privação da liberdade, exceto nos casos de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, quando o adolescente deverá ser internado em unidade mais próxima de seu local de residência;
- ▶ Ser respeitado em sua personalidade, intimidade, liberdade de pensamento e religião e em todos os direitos não expressamente limitados na sentença;
- ▶ Peticionar, por escrito ou verbalmente, diretamente a qualquer autoridade ou órgão público, devendo, obrigatoriamente, ser respondido em até 15 dias;
- ▶ Ser informado, inclusive por escrito, das normas de organização e funcionamento do programa de atendimento e também das previsões de natureza disciplinar;
- ▶ Receber, sempre que solicitar, informações sobre a evolução de seu plano individual, participando, obrigatoriamente, de sua elaboração e, se for o caso, reavaliação;
- ▶ Receber assistência integral à sua saúde;
- ▶ Ter atendimento garantido em creche e pré-escola aos filhos de zero a cinco anos.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

27 JAN 2012

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê uma série de punições quando um garoto ou garota descumpra a lei. O Conselho Nacional de Justiça criou um cadastro para monitorar esses jovens. Veja:

35.986 penas foram aplicadas no Brasil, em dezembro de 2011

Medidas leves

Podem ser usadas em pequenos delitos, como furtos ou pichações

Obrigação de reparar o dano	2751
Advertência	1.371
Serviços comunitários	11.362

Medidas "alternativas"

Não estão previstas no ECA.

Orientação e apoio temporário	185
Requisição de tratamento psicológico ou psiquiátrico	423
Encaminhamento ao país ou responsável	599
Inserção em programa comunitário	792
Frequência obrigatória à escola	929

Medidas graves

Implicam em alguma forma de privação de liberdade. Podem ser usadas em casos com grave ameaça à vida

Semi-liberdade	1.534
Internação provisória	2.058
Internação	5.805
Liberdade assistida	10.653

Foto: EJA

Infografia: Gazeta do Povo

Retenção prolongada gera crítica e polêmica

Um dos artigos do Sinase gerou polêmica entre especialistas da área da juventude por abrir uma brecha na lei para que adolescentes fiquem privados de liberdade por tempo indeterminado, caso exista algum problema relacionado à saúde mental. A ideia é que o jovem com esse tipo de doença deixe o centro de socioeducação e vá para uma unidade de tratamento psiquiátrico, ficando lá até estar "curado". Hoje o tempo máximo que um menino ou menina pode ficar privado de liberdade é três anos, mas com a possibilidade de tratamento psiquiátrico esse prazo pode ficar indefinido.

Na seção sobre o atendimento

ao adolescente com transtorno mental, o artigo 65 prevê que o juiz pode encaminhar o processo ao Ministério Público para "eventual propositura de interdição e outras providências pertinentes." Na prática, muitos magistrados já tomavam essa medida, mas o temor é que isso se torne a regra, principalmente em casos que envolvem grande repercussão na sociedade.

A possibilidade de interdição já existia para os adultos, assim como o dispositivo da "medida de segurança", quando o indivíduo é afastado da sociedade em função da periculosidade e recebe tratamento, sem tempo máximo determinado. A pessoa é libe-

rada somente após um laudo médico garantir que ela não oferece mais riscos.

A discussão sobre o tempo máximo de privação de liberdade dos adolescentes ganhou uma grande repercussão em 2003, quando Liana Friedenbach e Felipe Caffé foram assassinados por outro adolescente, o Champinha. Após completar 21 anos e os três anos previstos da medida socioeducativa, ele foi encaminhado a uma unidade experimental do estado de São Paulo, criada para a custódia psiquiátrica de jovens considerados de alta periculosidade. O dispositivo utilizado pela Justiça nesse caso foi a interdição.

27 JAN 2012

GAZETA DO POVO

UMUARAMA

Justiça decide que contrato de prefeitura e empresa aérea é ilegal

Decisão liminar da 2.ª Vara Cível de Umuarama suspendeu, por tempo indeterminado, um contrato entre a prefeitura de Umuarama e a Sol Linhas Aéreas. O juiz Marcelo Pimentel Bertasso atendeu ao pedido de suspensão do contrato feito pelo Ministério Público do Estado do Paraná (MP-PR).

Segundo o MP-PR, a prefeitura de Umuarama financiava propagandas da linha nos veículos de comunicação e tinha contrato para adquirir uma quantidade fixa mensal de passagens, o que é ilegal, independentemente da finalidade, segundo Bertasso. "Esse contrato é ilegal e não poderia ter sido feito por ambas as partes", disse o promotor do Patrimônio Público do MP-PR de Umuarama, Fábio Hideki Nakanishi, responsável pelo caso.

Segundo Nakanishi, o contrato foi firmado em 8 de fevereiro de 2010, sem licitação. No termo, a prefeitura teria de comprar cinco bilhetes de ida (Umuarama a Curitiba) e cinco de volta por mês, entre março e agosto de 2011, por R\$ 439 cada passagem. A aeronave tem capacidade para 19 passageiros. Durante a vigência do contrato, o município gastou R\$ 37,1 mil em campanha publicitária e quase R\$ 7 mil em passagens aéreas.

Na liminar concedida na terça-feira, o juiz determinou multa diária de R\$ 10 mil aos réus, caso a decisão seja descumprida. O prefeito de Umuarama, Moacir Silva, vai responder ainda por improbidade administrativa. Além disso, o prefeito e a Sol Linhas Aéreas terão de ressarcir os cofres públicos pelos danos.

Outro lado

O prefeito de Umuarama informou, pela assessoria de imprensa, que as passagens foram compradas por meio de licitação e que o município fez todos os esforços possíveis para viabilizar a linha aérea. O prefeito disse ainda que a publicidade foi paga com a intenção de mostrar para a população a existência do voo, e não para beneficiar a companhia.

A reportagem não conseguiu ouvir o presidente da Sol Linhas Aéreas, Marcos Solano Vale, sobre o assunto. Ele não atendeu às ligações feitas para seu celular — segundo a assessoria de imprensa, ele estava em viagem.

"Esse contrato é ilegal e não poderia ter sido feito por ambas as partes."

Fábio Hideki Nakanishi, promotor do Patrimônio Público do MP-PR de Umuarama.

R\$ 37,1 mil

foi o valor gasto pela prefeitura de Umuarama em uma campanha publicitária para promover o voo Umuarama-Curitiba. A administração municipal também desembolsou R\$ 7 mil com passagens.

GAZETA DO POVO

PECULATO

Ex-deputado Carlos Simões é preso em Curitiba

27 JAN 2012

Karlos Kohbach e Hellberton Cesca

O ex-deputado estadual Carlos Simões (PR) foi preso no fim da tarde de ontem no apartamento dele em Curitiba, por suspeita de peculato (crime cometido por servidor público contra a administração pública), segundo informações do 12.º Batalhão da Polícia Militar e da Secretaria de Segurança Pública do Paraná.

O pedido de prisão foi expedido em setembro de 2011 pela 9.ª Vara Criminal da capital. O ex-deputado foi encaminhado para o Centro de Triagem II, no complexo penitenciário de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba.

Investigação

Os motivos da prisão ainda não foram esclarecidos, mas estariam relacionados à investigação do caso ganhoto da Assembleia Legislativa do Paraná, na qual o Ministério Público investiga desvio de dinheiro público por meio de funcionários fantasmas.

Carlos Simões foi cassado pela Justiça por abuso do poder econômico e perdeu o cargo de deputado estadual em maio de 2009.



Simões é acusado de crime
contra a administração pública.

27 JAN 2012

GAZETA DO POVO

Tribunal de Contas manda suspender licitação dos radares

Rafael Wálrick

As vésperas da abertura das propostas da licitação para a contratação da empresa que vai gerenciar o sistema de radares na cidade, que ocorreria segunda-feira, o Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR) determinou ontem que a prefeitura de Curitiba suspenda a concorrência pública. Ofício expedido pelo conselheiro Artagão de Mattos Leão ao prefeito Luciano Ducci, ao presidente da Urbanização de Curitiba (Urbs) e ao secretário municipal de Trânsito, defende que qualquer procedimento licitatório só poderá ser adotado após o Tribunal de Contas encerrar a auditoria envolvendo a rescisão do contrato da prefeitura com a empresa Consilux, que até março do ano passado gerenciava os equipamentos.

O edital de concorrência pública foi lançado pela prefeitura no dia 29 de dezembro do ano passado e previa um preço máximo de R\$ 28,3 milhões, estimando a instalação de pelo menos 203 radares de velocidade e 48 lombadas eletrônicas. Pela proposta, a empresa contratada deveria gerenciar os equipamentos e repassar para a Secretaria de Trânsito de Curitiba (Setran) as informações colhidas. Um agente de trânsito seria responsável por emitir ou não as multas, ao verificar possíveis irregularidades.

O conselheiro Leão não foi encontrado ontem à noite para comentar a decisão. O presidente do TCE-PR, Fernando Guimarães, confirmou que os ofícios foram expedidos, mas não soube dar detalhes sobre o motivo da suspensão.

Segundo Guimarães, o Tribunal de Contas já fazia investigações no ano passado sobre o gerenciamento de radares em municípios do Paraná quando uma reportagem do Fantástico, da Rede Globo, denunciou a existência de uma "máfia dos radares". Na matéria, veiculada em março, um diretor da Consilux admitia ser possível apagar infrações de trânsito. Logo em seguida o prefeito Luciano Ducci rompeu o contrato com a empresa, o que motivou uma auditoria do TCE-PR sobre o caso, ainda em andamento.

O secretário municipal de Trânsito, Marcelo Araújo, informou ontem à noite que não havia recebido o ofício e não sabia qual o teor da decisão do tribunal. Segundo ele, o assunto será discutido hoje de manhã em uma reunião com a Procuradoria-Geral do município.

"Confesso que eu não esperava [a decisão do TCE-PR]. Me surpreendo, mas não me assusto. Só lendo o teor para saber qual o fundamento, e a partir daí tomar a decisão que for mais correta", afirmou o secretário.

A interferência do Tribunal de Contas do estado em licitações da prefeitura de Curitiba não é inédita. Há menos de um ano, em fevereiro de 2011, o TCE-PR determinou que o município não abrisse as propostas das empresas interessadas em assumir o serviço de limpeza urbana da capital pelos próximos cinco anos. Na época, a decisão foi tomada após o tribunal avaliar duas representações contrárias à concorrência apontando exigências que estariam em desacordo com a Lei de Licitações.

27 JAN 2012

GAZETA DO POVO

Reajuste da verba da Alep "compensa" fim do 14.º e 15.º salários

Vinicius Boreki e Karlos Kohlbach

O aumento da verba parlamentar determinado pelo presidente da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), Valdir Rossoni (PSDB), pode custar mais caro para o cidadão do que o pagamento do 14.º e 15.º salários aos parlamentares estaduais. Os dois salários extras foram cortados em dezembro do ano passado pelo tucano — o que provocou uma forte reação contrária dos deputados, que ameaçaram inclusive apresentar um projeto para impedir a reeleição na Casa. O objetivo da proposta seria retaliar Rossoni, que no ano que vem pode se candidatar novamente à presidência da Casa.

Com os dois salários adicionais, o custo anual por deputado aos cofres públicos era de R\$ 40,8 mil. Já o reajuste do valor da verba de ressarcimento poderá chegar a R\$ 46,8 mil por parlamentar ao ano.

A principal diferença entre os salários extras e a verba de ressarcimento é que os vencimentos adicionais iam diretamente para os deputados sem necessidade de comprovação de gastos. Já a verba de ressarcimento deve ter as despesas justificadas. Cada parlamentar hoje está autorizado a gastar R\$ 27,5 mil por mês com a verba. Mas, com o aumento, o teto será de R\$ 31,4 mil, a partir de fevereiro. A verba pode ser usada para bancar despesas com transporte, correios, gasolina e alimentação.

Oficialmente, Rossoni afirma que o reajuste da verba (de 14,44%) apenas cobre a inflação do período em que ela não foi aumentada. Mas ontem ele admitiu que a medida é "simpática" aos demais parlamentares. "Tudo que é legal vou implantar. O que for ilegal vou cortar. Além disso, a verba tem um teto, que os depu-

tados não são obrigados a gastar tudo", diz. O parlamentar nega que a atitude esteja relacionada à reeleição à presidência da Casa.

Na avaliação do professor de Ciência Política Adriano Codato, da UFPR, a medida serve para agradar aos deputados e faz parte da campanha de reeleição de Rossoni. "Ele falou que a função dele é agradar aos deputados [em entrevista ontem à Rádio CBN]. Seria o mesmo que eu dizer que a minha função é agradar aos alunos", afirmou Codato. "É escandaloso".

O cientista político e professor da PUCPR Mário Sérgio Lepre tem opinião semelhante. Para ele, o reajuste é uma forma de compensar o corte dos salários extras. "De repente, na negociação intramuros, houve um acordo anterior. Na visão da sociedade, fica muito feio receber o 14.º e 15.º salários. Para o parlamentar, porém, o valor continua praticamente o mesmo, uma troca de seis por meia-dúzia."

Transparência pela metade

Embora a prestação de contas da verba parlamentar conste do Portal da Transparência da Assembleia, parte dela não está disponível para consulta. Dos R\$ 27,5 mil mensais, o portal informa apenas o destino de R\$ 15 mil. Os R\$ 12,5 mil de cola postal telefônica e de transporte não são divulgados — com o novo valor, R\$ 14,3 mil deixam de ser explicados.

A prática caracteriza descumprimento das leis da transparência estadual e nacional. A Assembleia informou que os deputados são obrigados a explicar à Casa como gastam essa parcela da verba que não está no site. Mas os dados só serão informados ao público após a reformulação do site.

GAZETA DO POVO

Surge novo suspeito do

caso 27 JAN 2012 Rachel Genofre

Semelhanças entre o assassinato de uma criança no sábado e a menina encontrada morta dentro de uma mala há 3 anos em Curitiba chamaram a atenção da polícia

Felippe Anibal

A Polícia Civil caminhou ontem ao Instituto de Criminalística (IC) o material genético de Cristiano Gonçalves, de 25 anos, preso no sábado, em Santa Izabel do Oeste, no Sudoeste do estado, acusado de violentar e matar uma menina de 7 anos. O DNA dele será comparado com o do sêmen encontrado no corpo de Rachel Genofre, encontrada morta dentro de uma mala na Rodoferroviária de Curitiba há mais de três anos. Segundo a delegada Vanessa Alice, há muitos detalhes semelhantes entre os crimes, o que aumenta as suspeitas sobre Gonçalves.

"Se o exame der positivo, vamos solicitar outras diligências, mas já teremos definida a autoria, porque será uma prova conclusiva", informou a delegada. Assim como no caso Rachel Genofre, no crime ocorrido em Santa Izabel do Oeste o corpo da menina também foi colocado em uma mala. "Em três anos de investigações, não

tivemos nenhum caso em que a vítima foi colocada dentro de uma mala. Isso nos chamou muito a atenção", disse a delegada.

As semelhanças entre os casos não param por aí. Além de as vítimas terem sido postas em malas, os autores enfiaram sacolas plásticas nas cabeças das garotas. Tanto Rachel quanto a menina assassinada no Oeste do Paraná sofreram diversas agressões físicas antes de serem mortas. O perfil das violências sexuais sofridas pelas crianças também é parecido. "A única diferença é que Rachel teve os cabelos cortados pelo assassino", observou Vanessa.

Dentre os retratos-falados elaborados pela polícia ao longo das investigações, um apresenta grande semelhança com Gonçalves. Essas imagens nunca foram divulgadas pela polícia para não prejudicar as investigações. Outro aspecto que chama atenção da delegada é o fato de o suspeito ter morado em Joinville, Santa Catarina, antes de se mudar para o Oeste do Paraná. "Como são cidades muito próximas, ele pode ter passado por Curitiba", aponta Vanessa.

Anteontem, policiais do Centro de Operações Policiais Especiais (Cope) foram à Santa Izabel do Oeste, onde Gonçalves está preso, para interrogá-lo. Segundo a delegada, o suspeito alega que nunca esteve em Curitiba e que não sabe quem era Rachel Genofre. Ainda não há uma data para que a polícia receba o resultado do exame de DNA, mas a delegada ressalta que pediu urgência ao Instituto de Criminalística.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

SIMILARIDADES

27 JAN 2012

Os 2 corpos foram postos em malas

O corpo de Rachel Genofre, de 9 anos, foi encontrado dentro de uma mala na Rodoferroviária de Curitiba no dia 5 de novembro de 2008, dois dias depois do desaparecimento. Ela foi posta na bolsa em posição fetal, envolvida em dois lençóis. Havia sacolas plásticas na cabeça e ela estava nua da cintura para baixo. Laudos técnicos comprovaram que Rachel sofreu violência sexual e diversas agressões.

Ao longo das investigações, a Polícia Civil chegou a prender diversos suspeitos. Cerca de 100 exames de confronto de DNA foram realizados, mas todos deram negativo. São mais de 1,1 mil dias de investigação, durante os quais a polícia chegou a viajar a quatro estados para interrogar suspeitos.

O outro caso ocorreu no último

fim de semana. A vítima, uma menina de 7 anos, não teve o nome divulgado pelas autoridades policiais. A mala em que estava o corpo dela foi encontrada por volta das 12 horas de sábado na casa do suspeito, Cristiano Gonçalves, de 25 anos. Ela havia desaparecido na madrugada do mesmo dia.

De acordo com a polícia, Gonçalves confessou que sequestrou a menina da casa dos tios e a levou para sua residência, onde a estuprou. O acusado era amigo da família da vítima e, para despistar a polícia, chegou a ajudar nas "buscas" pela garota.

O acusado permanece preso na delegacia de Santa Izabel do Oeste. No dia da prisão, a Polícia Militar teve de conter a multidão que se aglomerou em frente da delegacia, ameaçando linchá-lo.

GAZETA DO POVO

Comprovada

fraude em pelo menos 2 táxis

27 JAN 2012

Proprietários foram indiciados por estelionato, suspeitos de adulterar taxímetro para cobrar a mais do passageiro. Outros 193 serão investigados

Dsny Tavares

Até ontem, dois táxis suspeitos de participar de um esquema de fraude na tarifa foram apreendidos pela Polícia Civil. Os proprietários dos veículos foram indiciados por estelionato e responderão em liberdade. Na quarta-feira, a Urbanização de Curitiba (Urbs) informou que iniciou, desde a semana passada, uma operação para apurar denúncia de fraude em taxímetros na capital. A ação é feita com o apoio da Delegacia de Crimes Contra a Economia e Proteção ao Consumidor (Delcon), Urbs e Instituto de Pesos e Medidas (Ipem).

A fraude foi identificada em taxímetros modelo TKS 56, produzidos pela empresa B&P, com sede na capital paranaense. Ontem, o Ipem enviou correspondência aos 195 taxistas que usam o aparelho (cerca de 10% da frota). Os motoristas deverão se apresentar com o veículo na sede do instituto, para que seja feita uma perícia no sistema responsável pela cobrança. O órgão reconhece, entretanto, que a modificação que possibilita a cobrança

além do normal pode ser desfeita antes que o infrator se prontifique para inspeção (leia sobre o formato da fraude nesta página).

Também ontem, a polícia tomou o depoimento de um dos proprietários da empresa, que nega ser responsável pela adulteração do aparelho. A empresa e seus dois sócios foram igualmente indiciados por estelionato. A Gazeta do Povo, o engenheiro eletrônico Eude Alves Batista, um dos proprietários declarou que não é o responsável por inserir a modificação. Nos dois táxis apreendidos, o lacre colado pelo Ipem não havia sido rompido. "Não instalei os fios [que permitem aumentar o valor cobrado]. Mas a pessoa que fez entende de eletrônica e conhece o meu aparelho", aponta. "Durante anos, tive vários funcionários qualificados com acesso à placa, alguém pode ter feito lá fora [depois de sair da empresa]", justifica.

Eude não acredita que o aparelho tenha sido modificado sem que o lacre original do Ipem tenha sido removido. "Quem conhece eletrônica percebe que é impossível colocar uma solda pela fresta da caixa. O lacre deve ter, sim, sido fraudado em algum momento", avalia.

Os modelos de taxímetro precisam ser homologados pelo Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro) antes de serem comercializados. Depois de instalados

no veículo, passam por uma nova inspeção, que em Curitiba é feita pelo Ipem. O taxista ainda precisa se submeter a uma vistoria anual e toda vez que houver mudança de tarifa ou manutenção do taxímetro.

GAZETA DO POVO

JUDICIÁRIO

Peluso obtém apoio e CNJ nega fraude em licitação 27 JAN 2012

Depois de quatro horas e meia de explicações em sessão secreta, o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Cezar Peluso, conseguiu enquadrar os conselheiros e obteve o apoio para a licitação milionária de banco de dados do órgão. Apesar das suspeitas de direcionamento do contrato, levantadas pela multinacional IBM, os conselheiros concordaram em divulgar uma nota em que dizem que a licitação de R\$ 86 milhões foi regular.

Na nota veiculada ao final da sessão, cujo áudio foi gravado por decisão de Peluso, os conselheiros declararam não ter dúvidas sobre a legalidade e regularidade do processo licitatório. Ao final do texto, no entanto, ressaltaram que essa declaração de apoio não impede que órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU), investiguem o contrato para a compra de equipamentos de informática da empresa Oracle. Peluso, além de presidir o CNJ, também comanda o Supremo Tribunal Federal (STF).

O conselheiro Gilberto Martins, que na quarta-feira enviou um dossiê para os colegas elencando suspeitas sobre o processo, não quis se manifestar após a reunião. "O que houve está na nota", restringiu-se a dizer.

No relatório encaminhado a todos os conselheiros, Gilberto Martins afirmou que as exigências previstas no edital afrontavam o princípio da legalidade e indicavam direcionamento do processo. Além disso, argumentou que o CNJ teria direcionado dinheiro para a empresa que venceria a licitação, mesmo antes de o processo ser concluído. A suspeita comprometeria Peluso, pois a licitação havia sido conduzida pelo secretário-geral da presidência do CNJ, Fernando Marcondes, assessor direto do presidente do órgão.

Segundo integrantes do conselho, durante as mais de quatro horas de explicações, Peluso teria reconhecido erros na sua gestão no relacionamento com os conselheiros e se comprometido a dialogar. Outros integrantes, que criticavam de forma mais incisiva, se disseram satisfeitos simplesmente por Peluso ter de se explicar.

Durante a sessão, segundo quatro conselheiros ouvidos pela reportagem, foi sugerido a Peluso a ampliação da transparência dos contratos e das decisões do CNJ. Além disso, conselheiros disseram também que apresentarão na próxima sessão, marcada para o dia 14, uma resolução para submeter aos conselheiros a escolha do secretário-geral da presidência do conselho.

Após a divulgação da nota, coube à diretora-geral do CNJ, Gláucia Elaine de Paula, dar uma entrevista na qual garantiu que todo o processo de licitação foi regular. Segundo ela, tudo foi esclarecido durante a reunião administrativa. A diretora informou que os conselheiros concluíram de forma unânime que o processo ocorreu dentro da legalidade. Não participaram da sessão quatro conselheiros, entre os quais, a corregedora Eliana Calmon que teve desentendimentos com Cezar Peluso.

Gláucia afirmou que não era possível ter ocorrido direcionamento da licitação já que cinco empresas e duas tecnologias participaram do processo. A diretora-geral disse que após a declaração da vencedora do processo ninguém apresentou recursos. Ela afirmou ainda que a IBM, apesar de ter questionado o edital, não entrou com recurso contra o resultado da licitação.

27 JAN 2012

GAZETA DO POVO

ALVES FALCÃO

Ex-presidente do STF morre no Recife

Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) entre 1975 e 1977, Djaci Alves Falcão morreu ontem, aos 92 anos, no Recife (PE).

Falcão havia sido nomeado em 1967 para o STF, durante a ditadura militar, pelo então presidente Castello Branco.

Formado em 1943 pela Faculdade de Direito do Recife, tornou-se juiz no ano seguinte. Em março de 1957, Falcão foi promovido a desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Cinco anos depois, foi eleito presidente do tribunal. Antes de ir para o Supremo, o ex-ministro foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco em 1966. Ele também chegou a exercer por dois mandatos o cargo de ministro do Tribunal Superior Eleitoral. Sua aposentadoria no Supremo aconteceu em 1989.

FOLHA DE LONDRINA

CNJ nega problema em licitação

Relatório apontava indícios de favorecimento na licitação de um software destinado à unificação de processos do órgão



27 JAN 2012

O ministro Cezar Peluso leu uma nota à imprensa na qual afirma que os membros do órgão não têm "dúvidas" sobre a legalidade da licitação.

Brasília - O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) afirmou ontem que não houve irregularidades na licitação realizada pelo órgão no final do ano passado.

A licitação, no valor total de R\$ 68 milhões, provocou polêmica em dezembro, quando uma das empresas participantes, a IBM, apontou direcionamento a favor da vencedora, a NTC, representante da Oracle.

A concorrência foi feita para a compra de software destinado ao cadastro nacional unificado de processos judiciais do CNJ. O primeiro contrato, no valor de R\$ 44,9 milhões, foi assinado no dia 23 de dezembro. Ontem, foi discutido um relatório do conselheiro Gilberto Valente Martins, que apontava indícios de irregularidades na licitação e pedia a anulação do contrato. Após reunião interna que teve mais de quatro horas de duração, o presidente do conselho, ministro Cezar Peluso, leu uma nota à imprensa na qual afirma que

"os membros do CNJ declaram não ter dúvidas em relação à legalidade e/ou regularidade do processo licitatório".

De acordo com o presidente, foram analisados todos os questionamentos apresentados contra o pregão, inclusive o relatório do conselheiro Peluso, porém, não comentou os pontos especificamente, encerrando a sessão plenária em menos de cinco minutos.

Gláucia de Paula, diretora-geral do CNJ, afirmou que não houve direcionamento da licitação, já que duas empresas participaram do processo. "Não existe direcionamento para duas empresas. Ou se direciona para uma delas ou para nenhuma."

A IBM, porém, foi preterida por não possuir a tecnologia necessária prevista no edital - evidência apontada pela empresa como demonstração do direcionamento. Para Gláucia, houve "equivoco de interpretação" por parte de quem questionou a legalidade do processo licitatório. Segundo,

ela, a reunião foi "amistosa e tranquila" e todas as "supostas denúncias" contra a empresa contratada foram esclarecidas para os conselheiros.

A diretora-geral do conselho afirmou ainda que, por causa de sua extensão, o contrato está sob auditoria na secretaria de controle interno do CNJ. O relatório que resultar dessa auditoria será enviado ao Tribunal de Contas da União, como parte da prestação de contas obrigatória feita pelo conselho.

27 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA

MP denuncia juízes que venderam sala para pagar dívidas

Rio - O Ministério Público Federal (MPF) em Brasília denunciou criminalmente, por apropriação indébita, os juízes federais Moacir Ferreira Ramos e Solange Salgado da Silva Ramos de Vasconcelos - ex-presidentes da Associação dos Juizes Federais da 1ª Região (Ajufer), entidade que reúne magistrados do Distrito Federal e de 13 Estados.

Ramos (presidente da associação entre 2008-2010) e Solange (presidente por dois mandatos, de 2002 a 2006) são acusados de terem vendido, em fevereiro de 2010, sem autorização de assembleia da Ajufer, a única sala comercial da entidade, no edifício Business Point, Setor de Autarquias Sul, em Brasília. O dinheiro da venda, R\$ 115 mil, segundo o MPF, foi usado para abater dívidas de empréstimos que os dois magistrados tinham com a Fundação Habitacional do Exército (FHE/Poupex).

Ramos é autor de representação criminal no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a ministra Eliana Calmon, corregedora nacional da Justiça, que o afastou liminarmente da função em novembro de 2010.

O ministro Marco Aurélio Mello, do STF, cassou a decisão de Calmon, mas, por maioria de votos, os desembargadores do TRF-1 restabeleceram a ordem de afastamento do juiz Moacir Ramos. A juíza Solange continua exercendo suas funções.

Em outra acusação, o Ministério Público Federal atribui crime de receptação a um terceiro juiz federal, Charles Renaud Frazão de Moraes, que também presidiu a Ajufer.

FOLHA DE LONDRINA

Carlos Simões é preso por peculato

Curitiba - O ex-deputado estadual Carlos Simões foi preso na tarde de ontem na casa dele, em Curitiba, a pedido da 9ª Vara Criminal. Ele teve a prisão preventiva decretada pela Justiça por causa do crime de peculato. O mandado judicial já havia sido expedido no dia 26 de setembro do ano passado. No início da noite de ontem, ele estava no Centro de Triagem II, em Piranguara, na Região Metropolitana de Curitiba.

Até o fechamento desta edição, ainda não havia sido confirmado o que motivou a prisão. Uma das possibilidades é o envolvimento de Simões na denúncia que ficou conhecida como o Esquema Gafanhoto, que apontou desvio de verbas da Assembleia Legislativa do Paraná, em 2005, através de salários de funcionários. Ele foi o primeiro parlamentar a ser denunciado à Justiça pelo suposto envolvimento. Em 2009, Simões teve seu mandato de deputado cassado, após ser acusado por crime de abuso do poder econômico e uso irregular de meios de comunicação. Ele teria usado seu escritório político em Curitiba para distribuição de cadeiras de roda, muletas e dentaduras em troca de votos, em 2006.

27 JAN 2012

27 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA

TSE mantém

governador

de Roraima no cargo

Ministério Público aponta

gastos ilícitos na campanha

eleitoral de 2010

São Paulo - O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ricardo Lewandowski, aceitou pedido liminar do governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), para continuar no cargo. A decisão vale até o julgamento de recurso do governo no plenário do TSE. Em dezembro, Anchieta Júnior e o vice-governador Francisco de Assis Rodrigues (sem partido) foram cassados pelo TRE (Tribunal Regional Eleitoral) de Roraima.

O Ministério Público (MP) estadual acusa os dois de terem efetuado gastos ilícitos e de terem adquirido 45 mil camisetas no valor de R\$ 247.500 na campanha de 2010 para o governo do Estado. Segundo o MP, eles também efetuaram movimentação financeira irregular com despesa de pessoal de mais de R\$ 5 milhões, além de movimentação financeira paralela de R\$ 800 mil.

"Impressiona, ainda, na espécie, que o governador de Roraima foi cassado por apertada maioria de três votos a dois e consta dos autos a circunstância de que o TRE-RR teria impedido que juiz federal regularmente indicado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região participasse da sessão de julgamento que cassou o chefe do Executivo estadual, optando, assim, por julgar o caso com quórum reduzido. Tal fato, mesmo neste exame preliminar, causa certa perplexidade", diz o ministro.

Em novembro, o TSE livrou o governador da cassação de mandato por utilização da rádio estatal em favor de sua candidatura nas eleições de 2010. Os ministros entenderam, por 6 votos a 1, que houve um erro processual que inviabilizava a condenação do governador.

27 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA

Excesso de cargos comissionados

A maioria das câmaras de vereadores do Paraná tem excesso de funcionários comissionados e em desvio de função. Levantamento do Tribunal de Contas (TC) do Estado, divulgado ontem nesta FOLHA, aponta que pelo menos 333 casas, de um total de 399 – ou 83% delas – está em situação irregular. É um número estarrecedor, ainda mais se considerarmos que o total pode ser maior, uma vez que os dados do TC são alimentados pelas próprias câmaras. A quantidade de funcionários que exercem cargos de comissão não foi divulgada.

A prática da contratação excessiva de pessoal para atuação em cargos comissionados é antiga e não se restringe apenas ao Legislativo. No entanto, não significa que deve perdurar. A transparência nos processos e o amadurecimento da sociedade contribuem para que assuntos antigos sejam repensados – e questionados. É um movimento positivo, mas só terá eficácia se o comportamento for modificado. E aí o assunto é mais complexo.

Segundo o artigo 37 da Constituição Federal a forma principal de ingresso no serviço público é o concurso. A seleção de interessados em seguir essa carreira, sem dúvida, é a mais justa. No entanto, não se trata aqui de defender o fim dos comissionados. É claro que a

pessoa eleita para um mandato deve ter a liberdade para contar com pessoas da sua confiança e que podem auxiliá-la a exercer o cargo da melhor forma possível. Mas os exageros devem ser cortados. Na prática, é possível constatar uma verdadeira engenharia para distribuir cargos a afilhados políticos e cabos eleitorais na promoção clara de troca de favores. Competências sequer são discutidas.

O que deve ser feito – e com urgência – é reequilibrar o quadro do funcionalismo entre concursados e comissionados. Os cargos de confiança não podem exceder no dobro o de servidores de carreira. O Legislativo, cujos membros foram eleitos pela população, deveriam dar exemplo e seguir as leis a risca. Como é de fácil constatação não é isso que tem ocorrido. Por isso, é preciso vigilância constante.

6 *A prática da
contratação excessiva
de pessoal para atuação
em cargos comissionados
é antiga e não se
restringe apenas ao
Legislativo* **9**

TRIBUNA DO PARANÁ

Corrupção 27 JAN 2012

Ex-deputado Carlos Simões é preso em casa, acusado de ficar com o dinheiro de assessores. Investigação é da Polícia Federal e Ministério Público

Mandado cumprido

Acusado de peculato (apropriação indébita por funcionário público), o ex-deputado Carlos Simões foi preso no final da tarde de ontem, em sua casa, por policiais militares do 12.º Batalhão. Ele foi levado à Delegacia de Vigilância e Capturas (DVC) e encaminhado para o Centro de Triagem II, em Piraquara. Simões não quis falar com a imprensa, mas estava acompanhado do seu advogado e já havia a suspeita de que um habeas corpus poderia ser concedido a ele.

O mandado de prisão foi expedido pela 9.ª Vara Criminal, principalmente por conta da constante ausência nas audiências do caso conhecido como "Gafanhotos", resultado da operação da Polícia Federal, na Assembleia Legislativa, onde era suspeito de receber dinheiro de seus assessores.

Fantasma

A operação investiga, desde 2008, suspeitas de fraudes no recebimento de salários de funcionários e ex-funcionários da AL. Os salários eram depositados nas contas de terceiros, e muitos não tinham consentimento dos recebimentos. Também são investigados "funcionários fantasmas", que recebiam salários sem ir trabalhar. O Ministério Público ouviu mais de 400 pessoas, suspeitas de envolvimento no esquema, entre elas políticos, por desvio de dinheiro público, sonegação de impostos federais e estelionato.

O pontapé inicial nas investigações aconteceu depois que uma servidora da Caixa Econômica Federal procurou o Ministério Público e denunciou ter caído na malha fina da Receita Federal, por não declarar rendimentos que supostamente teria recebido da Assembleia, onde nunca havia trabalhado. O MP descobriu que os documentos da servidora haviam sido usados para nomeá-la como funcionária da casa por Carlos Simões e o salário era depositado na conta de Geraldo Cruz, sogro do ex-deputado. Cinco anos depois Carlos Simões foi denunciado pelo Ministério Público por desviar R\$ 18,5 mil.

Senador

O suplente da ex-senadora Gleisi Hoffmann, Sérgio Souza, é um dos investigados na Operação Gafanhoto. Ele assumiu que recebia salário em nome da mãe, que era assessora no gabinete do então deputado Orlando Pessuti. O senador disse não saber que era investigado, no entanto, confirmou receber o salário da mãe, que nunca quis abrir uma conta bancária.

TRIBUNA DO PARANÁ

Táxis 27 JAN 2012

Fiscalização apreende dois veículos com taxímetros adulterados. Motoristas vinham cobrando até 30% a mais do valor da corrida

Fraude confirmada

Mais um táxi, utilizando taxímetro fraudulento, foi apreendido em Curitiba. Com ele, já são dois veículos apreendidos pela polícia esta semana. Os proprietários dos veículos e a proprietária da empresa que fabrica e instala os taxímetros foram indiciados por estelionato e vão responder em liberdade. Os veículos foram encaminhados ao Instituto de Pesos e Medidas do Paraná (IpeM) para perícia.

De acordo com investigações, em um dos táxis apreendidos o taxímetro estava com dispositivo em um lugar não visível, que podia ser acionado manualmente pelo motorista e alterava o valor da corrida em 30%. Segundo a polícia, a marca fraudada é a B&P e o taxímetro é do modelo TKS 56.

O delegado da Delegacia de Crimes Contra a Economia e Proteção ao Consumidor (Delcon), Jairo Estorilo, afirmou que aumentar o valor da corrida em 30% é permitido somente quando o táxi faz um percurso que o leve até outro município, como por exemplo de Curitiba ao aeroporto de São José dos Pinhais.

Receio

Apesar de aprovar as medidas tomadas até o momento pelos órgãos de fiscalização para combater fraudes em taxímetros, o Sindicato dos Condutores de Táxi Autônomos e Empregados no Estado do Paraná (Sinditáxi) alerta para o fato de que nem todos os veículos em circulação es-

tão sob suspeita. Além disso, a entidade afirma que o passageiro não deve ter receio em utilizar esse transporte, porque apenas uma minoria está sendo investigada.

"Dos mais de 2,2 mil táxis em Curitiba, somente 195 estão sendo fiscalizados, pois utilizam o taxímetro de uma marca específica, que está sob suspeita. Portanto, não podemos generalizar e dizer que todos os veículos podem estar fraudando os valores cobrados pelo taxímetro, ainda mais porque sabemos que a maioria está fazendo tudo corretamente", comenta o presidente do sindicato, Abimael Mardegan.

A fiscalização, realizada pela Urbanização de Curitiba (Urba) foi motivada por uma denúncia que apontava o aumento do valor da corrida no taxímetro. Além dos dois taxistas pegos com o aparelho fraudado, os outros taxistas que utilizam veículos com essa marca e esse modelo de taxímetro serão convocados a comparecerem ao IpeM para submeterem o equipamento à fiscalização. 195 devem ser vistoriados na próxima semana. Aqueles que tiverem envolvimento com a fraude podem ser submetidos a multas e punição criminal.

JORNAL DO ESTADO

CONTAS PÚBLICAS

STF aumenta
gastos com
diárias em
41% em 2011

27 JAN 2012

O Supremo Tribunal Federal aumentou em 41% as despesas com diárias de ministros e funcionários no ano passado, à frente de um aumento desse tipo de gasto promovido por outros órgãos do Judiciário e pelo Ministério Público. No mesmo período, os gastos gerais com viagens da União caíram 35% em relação a 2010.

Pesquisa no Siafi, o sistema de acompanhamento de gastos federais, também aponta aumento de gastos com diárias na Justiça Federal, na Justiça Militar e na Justiça do Trabalho, além do Conselho Nacional de Justiça, órgão responsável por fiscalizar o Judiciário.

O Supremo, com 11 ministros, foi o que mais aumentou, proporcionalmente, as despesas com diárias. Os gastos saltaram de R\$ 707 mil para pouco mais de R\$ 1 milhão em 2011. Questionado, o STF informou que o dinheiro atendeu a pedidos de ministros e servidores, em suas atividades de trabalho, além de deslocamento de juízes auxiliares para ouvir testemunhas.

Em maio, o presidente do STF, Cezar Peluso, levou a mulher, Lúcia, para acompanhá-lo em viagem oficial a Washington. Peluso e outros três ministros do STF viajaram aos Estados Unidos - todos de primeira classe, com passagens pagas pelo contribuinte - para participar de encontro com integrantes do Judiciário norte-americano.

JORNAL DO ESTADO

DETIDO

Peculato

27 JAN 2012

O ex-deputado estadual Carlos Simões foi preso ontem em Curitiba, sob a acusação de peculato, por decisão da 9ª Vara Criminal da Capital. Simões é acusado de ter participado de esquema de desvio de salários de assessores na Assembleia Legislativa. Ele teria sido levado para a Delegacia de Vigilância e Capturas. Em 2009, Simões teve o mandato cassado pela Justiça Eleitoral, por abuso do poder econômico e compra de votos. Na época, ele foi acusado de usar um programa que tinha na televisão para oferecer medicamentos, cadeiras de rodas, dentaduras e muletas a eleitores.

